

Método do caso como ferramenta de transformação da educação jurídica brasileira

Case method as a transformation tool of brazilian legal education

Horácio Wanderlei Rodrigues(1); Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior(2); Filipe Simão Cardoso(3)

1 Doutor em Direito (Filosofia do Direito e da Política) e Mestre em Direito (Instituições Jurídico-Políticas) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: horaciowr@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2887-5733>

2 Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), Bauru, SP, Brasil. Professor da Graduação e do PPGD/UNIVEM.

E-mail: teofiloleaojr@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1983-4967>

3 Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

E-mail: filipe@avfc.adv.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8452-1900>

Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 17, n. 1, p. 1-19, janeiro-abril, 2021 - ISSN 2238-0604

[Received/Recebido: abril 23, 2020; Accepted/Aceito: agosto 10, 2022;

Publicado/Published: setembro 2, 2022]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2238-0604.2021.v17i1.4050>

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o Método do Caso, inicialmente empregado na Universidade de Harvard, como instrumento didático à disposição da educação jurídica. A princípio são apresentadas críticas ao Método Expositivo que ainda costuma ser a principal maneira de ensinar nos cursos de Direito brasileiros. Na sequência é demonstrada a distinção entre o Método do Caso, que apresenta um viés didático, e o Estudo de Caso, utilizado com ferramenta de pesquisa científica. Posteriormente é apresentada a origem histórica do Método do Caso, bem como as suas vantagens e desvantagens em comparação com o sistema tradicional da aula expositiva, ressaltando também a pertinência dos métodos inovadores em países sem a tradição do *Common Law*, como o Brasil. Finalmente é demonstrada sua adequação ao cumprimento das exigências das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito.

Palavras-chave: Método do Caso; Educação Jurídica; Processo de Ensino; Metodologias Ativas; Diretrizes Curriculares.

Abstract

This work aims to analyze the Case Method, initially used at Harvard University, as a didactic tool available to legal education. At first, criticisms of the Expository Method are presented, which is still usually the main way of teaching in Brazilian Law courses. Following, the distinction between the Case Method, which presents a didactic bias, and the Case Study, used with a scientific research tool, is demonstrated. Subsequently, the historical origin of the Case Method is presented, as well as its advantages and disadvantages in comparison with the traditional system of the lecture, also emphasizing the relevance of innovative methods in countries without the tradition of Common Law, such as Brazil. Finally, its suitability to comply with the requirements of the New National Curriculum Guidelines for the Law Course is demonstrated.

Keywords: Case Method; Legal Education; Teaching Process; Active Methodologies; Curricular Guidelines.

1 Introdução

Os métodos de ensino têm sido objeto de estudo há muito tempo por parte dos educadores e profissionais da área da Pedagogia no Brasil e em todo o mundo. Todavia, até há pouco tempo, havia pouca reflexão sobre o tema no âmbito da Educação Jurídica brasileira, panorama que tem se modificado nos últimos anos.

Nesse contexto, este trabalho tem como objeto a análise do Método do Caso e sua possível utilização como ferramenta didático-pedagógica capaz de contribuir para melhoria da qualidade do processo de ensinagem nos Cursos de Direito, especificamente os oferecidos no Brasil.

As aulas expositivas ainda costumam ser a principal maneira de se transferir ensinamentos nas salas de aula. A esse fato soma-se a ideia de que a formação dos profissionais da área jurídica e, portanto, dos respectivos professores, tem como pilar uma orientação conservadora, conduzindo os novos operadores do Direito a se preocuparem em reproduzir a mesma concepção que receberam de seus antecessores.

Ainda, é de se destacar que os exames de ordem, bem como os concursos públicos, especialmente nas provas de primeira fase, prestigiam o conhecimento da letra da lei. Assim, as aulas meramente expositivas, com a repetição do conhecimento das leis e, eventualmente, sua interpretação dominante – pela doutrina e pelos tribunais –, ainda são uma constante na formação jurídica brasileira, introduzindo ensinamentos de maneira acrítica e sem a devida contextualização histórica e socioeconômica.

Em meio a essa realidade, o Método do Caso surge como uma possibilidade inovadora em termos de Brasil, embora de longa tradição nos países que adotam o *common law*. É importante destacar, de antemão, que o Método do Caso não se confunde com o Estudo de Caso.

O primeiro – Método do Caso – consiste em uma ferramenta didática, da qual o professor pode lançar mão para aprimorar o seu desempenho e de seus alunos. O segundo – Estudo de Caso – diz respeito a um instrumento de pesquisa científica à disposição do pesquisador para a investigação de um determinado objeto.

Neste trabalho será abordado especificamente o Método do Caso, promovendo uma análise sobre a possibilidade de sua utilização como ferramenta didático-pedagógica na educação jurídica brasileira, com o propósito de romper com o ensino centrado em aulas meramente expositivas.

Também será demonstrado como ele se constitui em uma alternativa viável para cumprir as exigências contidas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito que incluem a obrigatoriedade de trabalhar com resolução de problemas e com metodologias ativas.

2 Crítica ao método expositivo

Antes de adentrar diretamente no tema deste artigo – o Método do Caso –, importante estabelecer a premissa de que, indubitavelmente, existe um conjunto de problemas, inclusive de qualidade, presentes na educação jurídica brasileira, necessitando de uma profunda reforma para que possa atender às necessidades dos novos mercados de trabalho e da sociedade brasileira do século XXI.

A aula expositiva é uma estratégia pedagógica centrada nos conteúdos. Traduz-se na transmissão oral de conhecimentos pelo professor, com uma diminuta participação estudantil. A estrutura, a sequência dos conhecimentos e o tipo dos conteúdos são pré-definidos pelo docente.

A metodologia tradicional está vinculada à noção positivista de ciência, pois supõe que o saber está fora do sujeito, isto é, o aluno quando chega na sala de aula é, no sentido do termo, um *sem conhecimento*. Ele não tem domínio do conteúdo básico, ou pelo menos, não sabe nada do que realmente importa. Tudo que é relevante saber está fora dele, está na cabeça do professor que, portanto, deve entrar em sala e reproduzir o que sabe para que o aluno possa então passar a ser alguém *com conhecimento* (FGV, 2015).

Essa postura faz bem ao ego e é apreciada por muitos professores, pois prova que ele é o único que sabe em uma *multidão de ignorantes*. Ela o coloca numa posição hierárquica superior, mas contribui pouco para a efetiva formação dos alunos (FVG, 2015).

Dessa maneira, a aula expositiva, que centraliza o conhecimento na figura do professor, continua sendo a base da educação jurídica brasileira, propiciando aos estudantes, de forma sistemática, apenas a memorização da matéria, uma vez que os conteúdos formais são repassados sem haver a preocupação de promover a interação do aluno com o tema apresentado.

Há, portanto, um ensino sem ruptura de pensamento, o que culmina em uma padronização do conhecimento jurídico, privilegiando a repetição de conceitos já sacralizados em detrimento da produção de novos saberes.

Ainda, os alunos não são – em regra – levados a manusear e analisar decisões judiciais, em especial de tribunais superiores. Ou seja, o modelo vigente não aproxima os estudantes de casos reais, tornando-os especialistas tão somente em leis, teorias e conceitos, sem proporcionar uma prévia experiência do que terão que enfrentar no mercado de trabalho.

Nesse contexto, e tendo em vista que juízes, promotores, advogados e outros profissionais do Direito utilizam, amplamente, as decisões judiciais para fundamentar suas convicções, indaga-se: o que justifica a não utilização de casos reais na educação jurídica?

Uma possível resposta para a referida indagação é a de que os exames de ordem, bem como os concursos públicos, especialmente nas provas de primeira fase,

prestigiam, em especial, o conhecimento da letra da lei. Seria necessária uma pesquisa empírica para que se possa corroborá-la, o que não é objeto deste trabalho.

Todavia, independentemente da validade científica dessa afirmação – que pressuporia uma pesquisa de campo realizada com metodologia própria –, certo é que a educação jurídica brasileira sofre uma estagnação no desenvolvimento do pensamento crítico, já que a formação na área do Direito permanece pautada em dogmas conservadores, produzindo *concurseiros* prontos para buscarem espaços de atuação na burocracia estatal.

A utilização apenas da aula expositiva forma profissionais com uma capacidade analítica limitada, sem as competências necessárias para a tomada de decisão em um contexto complexo, dinâmico e instável, como é, muitas vezes, o *dia a dia* do profissional do Direito.

Verifica-se que a quase exclusiva utilização da aula expositiva, como ferramenta pedagógica, é um dos elementos que influenciam na formação de uma massa de bacharéis acríticos, os quais terão dificuldades para trabalhar na solução de novos problemas que surgirão no mercado de trabalho, especialmente os decorrentes da transformação digital.

Não é nenhuma novidade afirmar que os Cursos de Direito no Brasil estão em descompasso em relação à realidade econômica, política e social do país; isso já vem sendo afirmado há mais de seis décadas¹ (RODRIGUES, 1998; 2005). Portanto, se faz necessária uma ruptura com a forma tradicional de se ensinar o Direito que deve abranger, em especial, aspectos epistemológicos, pedagógicos e a introdução de metodologias ativas².

3 Estudo de caso

Cumpra diferenciar, especialmente pela similitude quanto à terminologia, o Estudo de Caso do Método do Caso, a fim de identificar precisamente a finalidade de cada um dos dois métodos. Assim, enquanto o Estudo de Caso apresenta-se como um instrumento de pesquisa, o Método do Caso é um instrumento didático.

Neste sentido, Yin (2001, p. 27) esclarece que “o Estudo de Caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais”. Segundo esse método, a base de dados para a pesquisa não se resume nas teorias construídas acerca de um tema, mas, antes, abrange o conhecimento empírico adquirido a partir da observação, seguindo um roteiro de procedimentos.

1 San Tiago Dantas, na aula inaugural da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, em 1955, já fazia críticas à Educação Jurídica, inclusive às aulas expositivas. A leitura do texto dessa sua aula – um verdadeiro documento histórico – é recomendável para todos os pesquisadores do tema. (DANTAS, 1955).

2 Sobre a utilização de metodologia ativas na Educação Jurídica ver: “*Educação Jurídica Ativa: caminhos para a docência na Era Digital*” (RODRIGUES; GOLINHAKI, 2020).

Assim, tem-se, no Estudo do Caso, um tratamento qualitativo para a coleta de dados, levando em consideração a natureza da experiência, o conhecimento que se almeja adquirir e a possibilidade de novos estudos a partir do resultado da pesquisa (CESAR, 2011).

Nessa perspectiva, para Gustin e Dias (2010, p. 101), a técnica vale-se de dados quantitativos e qualitativos, incluindo observações, entrevistas, procedimentos de análise em grupo, análise de documentos e de relações, etc.

Ainda, para eles, o Estudo de Caso exige uma boa delimitação do objeto de estudo, a definição dos procedimentos quantitativos e qualitativos que serão empregados, bem como dos métodos de registro dos dados, para que, em seguida, sejam elaborados os relatórios para a apresentação pública, com discussão, visando à corroboração ou refutação das hipóteses.

Por esse ângulo, o Estudo de Caso busca, em maior grau, aumentar a compreensão de um fenômeno do que estabelecer para ele delimitações, o que fragiliza a vocação do método para a construção de teorias (CESAR, 2011).

Em contrapartida, as finalidades a serem atingidas por meio do Método do Caso são outras, como será abordado a seguir. De todo modo, Cesar (2011) sintetiza as diferenças entre os dois métodos assim:

Talvez se possa dizer que a principal diferença entre o Método do Estudo do Caso, enquanto escolha metodológica, e o desenvolvimento de casos no Método do Caso, enquanto escolha pedagógica, esteja na análise dos dados coletados, pois no Método do Caso, enquanto instrumento didático, não se pretende chegar a conclusões teóricas que representem avanço científico, mas sim desenvolver questões que levem o aluno a tomar decisões de ação considerando o cenário proposto no caso.

Nessa lógica, Menezes (2008) enfatiza que o “[...] Método do Caso, ferramenta pedagógica inventada em fins do século XIX, se constitui em uma maneira de conduzir a educação de advogados, juristas e administradores de empresas, nada tendo, portanto, de similar com o Método de Estudo de Caso”. Resta esclarecido, portanto, que o Estudo de Caso não se confunde com o Método do Caso, embora apresente algumas semelhanças.

4 Método do Caso

Primeiramente é importante apontar a contextualização histórica e a origem do Método do Caso. No final do século XIX um professor da Escola de Direito de Harvard, percebendo que as aulas expositivas não atendiam às necessidades de

aprendizado dos seus alunos, introduziu um método que iria revolucionar a Educação Jurídica nos Estados Unidos da América³ e, posteriormente, em outras partes do mundo. Tratava-se do *Case Method* - ou Método do Caso – adaptado para o ensino do Direito por Christopher Columbus Langdell⁴.

Considerando que o Direito, segundo ele, se assemelhava às demais ciências naturais, Langdell resolveu trazer os métodos de ensino explorados em outras áreas para a educação jurídica. Se nas ciências biológicas, por exemplo, os laboratórios eram utilizados para a pesquisa e o ensino, Langdell considerou que o estudo das decisões proferidas pelas cortes americanas poderia permitir a assimilação de conteúdos pelo método indutivo, construindo um raciocínio jurídico que parte da situação particular para outra de maior abrangência.

Na visão de Langdell, a maneira tradicional de ensinar o Direito, pautada no ensino enciclopédico, por meio de manuais, que traziam uma abordagem teórica das disciplinas jurídicas separadamente, não atendia com eficiência às finalidades da educação jurídica, tampouco habilitava os estudantes a pensarem como operadores do Direito, na prática.

Sendo assim, a sua proposta consistia em provocar a reflexão jurídica tendo como base o caso em concreto, permitindo ao estudante visualizar o Direito aplicável aos casos semelhantes que lhe fossem apresentados no futuro (RAMOS; SCHORSCHER, 2009, p. 50-51).

Desse modo, o aluno deixaria de ocupar uma posição estática, passando a participar de discussões em sala em meio a seminários desenvolvidos pelos seus pares. Esse exercício também contribuía para a assimilação da fundamentação jurídica desenvolvida em cada caso. Com isso, a figura do professor, como expositor de conteúdos, tornava-se menos importante, ganhando relevo a atuação discente (RAMOS; SCHORSCHER, 2009, p. 51).

Em resumo, o Método do Caso proposto por Langdell parte da análise, em aula, de decisões judiciais concretas que são lidas em sala e debatidas entre os alunos a partir do diálogo socrático. As decisões e, portanto, os conteúdos, são escolhidos de acordo com o propósito de cada disciplina (RAMOS; SCHORSCHER, 2009, p. 50).

3 Sobre o Método no Caso nos EUA consultar o artigo “*Como se produz um jurista? O modelo norte-americano*”. (RODRIGUES JR., 2015).

4 Christopher Columbus Langdell – “Jurista americano, nasceu na cidade de New Boston. Estudou na *Phillips Exeter Academy*, no *Harvard College* e em *Harvard Law School*. Serviu como um dos primeiros bibliotecários da *Escola de Direito de Harvard*. De 1854 a 1870 praticou direito, em Nova York, mas era quase desconhecido quando, em janeiro de 1870, ele foi nomeado professor de Direito em *Harvard Law School*. Logo depois, se tornou reitor da Faculdade de Direito. O legado de Langdell é a sua influência sobre o ensino jurídico. Antes dele, o estudo do Direito era um exercício técnico. Hoje, os advogados são ensinados por meio de um processo dialético de inferência chamado de *método do caso*. O *método do caso* tem sido o principal método de pedagogia nas escolas de direito americanas desde então. (FGV. Christopher Langdell. Biografia. Destaques no original).

Assim, o método aproxima o aluno da realidade, propiciando uma conexão entre a experiência profissional e a teoria que embasa a resolução do caso – mesmo sem haver a preocupação de construção de conhecimento científico –, favorecendo o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que serão exigidos do aluno, futuramente, em situações profissionais (CESAR, 2011).

Ademais, é propiciado ao aluno sistematizar ideias de modo independente, com senso crítico, além de permitir o acesso à linguagem e vocabulário empregados no ambiente jurídico (RAMOS; SCHORSCHER, 2009, p. 53).

Portanto, nota-se que o Método do Caso expõe os alunos aos processos decisórios que os profissionais do Direito vivem diariamente. É um método antagônico ao modelo tradicional – expositivo –, pois os estudantes exercitam suas habilidades perante um grupo a fim de solucionar os desafios propostos no caso, ao invés de receberem passivamente as teorias.

Ainda, as dúvidas e as informações incompletas do caso propiciam um ambiente favorável para que os alunos trabalhem a sua capacidade de analisar, sintetizar e conciliar diferentes pontos de vista e, a partir disso, tentar persuadir pessoas que pensam de maneira diferente sobre o tema em análise.

No Método do Caso a condução o processo de ensinagem se demonstra mais dinâmico, forçando o aluno a contribuir para o seu próprio aprendizado. Deste modo, com ele o aluno tem melhores condições de enxergar o Direito em movimento, identificando como as normas abstratas podem ser utilizadas para a solução de situações reais.

5 Aspectos positivos da utilização do método do caso

É cediço que o mercado jurídico brasileiro desperta nos estudantes o interesse pelo ingresso nas carreiras públicas, em virtude das garantias asseguradas aos servidores públicos e agentes políticos com atuação jurídica, e, também, seduzidos pela generosa remuneração e pelos planos de aposentadoria diferenciados que atendem algumas carreiras. Àqueles que não se enveredam pelo desafio dos concursos públicos resta a atuação como advogados privados. No mais das vezes, o advogado funciona como o representante do interesse da parte em uma disputa judicial.

Nesse contexto, os Cursos de Direito se veem premidos a investirem em uma formação dogmática, por haver uma crença, ainda majoritária, de que é essa a demanda que o mercado apresenta aos profissionais da área jurídica. Especialmente quanto à preparação para os concursos públicos, sabe-se que as provas de primeira fase, de um modo geral, exigem do candidato conhecimento da legislação relativa a diversas áreas do Direito. O exame para a habilitação profissional imposto pela OAB não foge dessa lógica.

Dada essa realidade, as aulas expositivas prestam-se à finalidade de transmitir o máximo de informações possíveis, mormente acerca do conteúdo das leis, para os aspirantes aos cargos públicos e, subsidiariamente, à aprovação no Exame de Ordem.

Essas observações foram expostas para demonstrar que há um problema de paradigma e que é necessário ir além do modelo vigente para que a educação jurídica contribua no sentido dos estudantes de Direito tomarem conhecimento de outros horizontes que estão ao seu alcance. O Método do Caso têm condições de proporcionar um ensino que não só prepare, mas que também desperte nos estudantes de Direito o interesse em outras atividades que o Bacharel pode exercer além da atuação em cargos públicos.

De outro lado, o Método do Caso possibilita ao aluno – diante de uma situação que lhe é apresentado – o desenvolvimento de competências. As competências dizem respeito, nos termos da classificação presente na Resolução CES/CNE n.º 5/2018, à utilização dos conteúdos, quer no plano mais abstrato do raciocínio – competências cognitivas –, quer no plano mais prático da execução – competências instrumentais, também denominadas de habilidades –, quer no campo das relações – competências interpessoais.

Competência cognitivas trabalhadas pelo Método do Caso são, dentre outras: interpretar a situação; identificar, diagnosticar e delimitar o problema posto; separar, dentro do problema, aquelas questões ou informações que são mais relevantes; e tecer e sistematizar possíveis soluções para o problema. Já no plano das habilidades – mais prático, de execução – o Método do Caso permite que o aluno: redija, aplique e teste as soluções levantadas para o problema; verifique quais as consequências da aplicação destas soluções, bem como preveja eventuais soluções alternativas; e improvise e modifique seu plano inicial diante do surgimento de situações inesperadas.

Na educação superior o desenvolvimento e avaliação de comportamentos possui menos espaço quando comparado com a educação infantil e fundamental, mas, ainda assim, pode ser encontrado, por exemplo, nos estágios. Contudo, os casos são um campo fértil para a questão dos comportamentos. Isso porque tais atividades podem ser realizadas em grupos de alunos e, assim, é possível analisar o comportamento do aluno ao trabalhar em equipe, identificando perfis: aqueles que se colocam de forma mais ativa, ou mais reativa; os que possuem perfil de líderes, para guiar os grupos ao estabelecimento e aplicação de soluções; os que tem mais facilidade para organizar e exteriorizar suas ideias; entre outros. (RODRIGUES; BORGES, 2016, p. 1370).

Outro aspecto positivo que pode ser extraído do método está relacionado com a interdisciplinaridade. Paradoxalmente, o Direito é dividido em ramos por questões eminentemente didáticas. Os institutos jurídicos são separados e estudados em grupos isolados, por conta das características comuns às relações jurídicas de determinada natureza.

Assim, o aluno do Curso de Direito, desde os primeiros anos, tem contato com as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual, entre outras. Há uma sensação de que cada ramo é um universo independente. Entretanto, o Direito é um sistema de normas, representadas por regras e princípios, que precisa ser compreendido em suas relações internas e nas suas relações com outros sistemas, como o político, o econômico e o social.

A solução dos casos, pelo método em apreço, muitas vezes, requer aplicação de institutos de diversas áreas do Direito ao mesmo tempo. A interdisciplinaridade se apresenta ao aluno com toda naturalidade, permitindo revelar as relações inerentes ao sistema jurídico – e mesmo as relações com outros sistemas –, levando a um raciocínio integrado, além de favorecer a assimilação dos diferentes conteúdos.

Além disso, proporciona ao estudante diálogo e debate sobre o conteúdo ministrado, possibilitando uma reflexão sobre a própria forma de pensar e construir argumentos – ou seja, haverá uma maior preocupação com a construção do raciocínio.

[...] o Método do Caso pode incluir debates entre os grupos, de modo que os alunos sejam desafiados a expor suas ideias e soluções para o caso apresentado, bem como que tentem convencer os demais, ou alguém que esteja fora do debate (até mesmo o próprio professor), da pertinência e adequação das soluções propostas. Nesse contexto, certamente, serão identificados alunos que possuam perfil de argumentar, explanar e convencer os demais. (RODRIGUES; BORGES, 2016, p. 1371).

Isso, por sua vez, trará um aperfeiçoamento na forma de refletir, de modo que que o estudante possa utilizar esse aprimoramento para desenvolver conceitos jurídicos mais elaborados.

Ainda, o Método do Caso traz a realidade para perto do aluno, possibilitando um saber construtivo, onde o estudante é obrigado a separar os dados pertinentes das informações irrelevantes frequentemente presentes no ambiente profissional.

Portanto, nota-se que esse modelo pedagógico enriquece o futuro profissional do Direito, uma vez que permite o contato com a realidade, tornando-o menos dogmático e mais comprometido com a dinâmica do mundo real.

6 Inadequação da crítica ao método do caso

Mesmo com todos os aspectos positivos que o Método do Caso contém – vistos na seção anterior – a experiência advinda da sua utilização sistematizada revelou que a análise, que tem como objeto, única e exclusivamente, as decisões judiciais, não consegue atingir todos os objetivos pedagógicos que o modelo inicialmente proposto sugeria alcançar. Nesse sentido, críticas também foram erguidas na tentativa de colocar em xeque a sua boa reputação.

Ramos e Schorscher (2009, p. 55-56) demonstram que autores, como Myron Moskovtitz e Janeen Kerper, atacam o Método do Caso por entenderem que, na prática advocatícia, raramente a técnica é levada a efeito, além do que a análise jurídica de cada caso não seria mais do que uma “simples articulação resumida das posições ocupadas pelas partes num processo”, fato que dificultaria abarcar as dificuldades e problemas enfrentados pelos advogados na sua plenitude.

Os críticos somam o fato de que a sistemática em questão enfatiza um olhar para o passado, o que impediria desenvolver no estudante – futuro advogado – o seu papel investigador em um modelo adversarial. Assim, com toda certeza, haverá quem defenda que o Método do Caso é inapropriado fora das fronteiras dos países com tradição jurídica do *Common Law* – como no Brasil, por exemplo.

Todavia, tais críticas não se sustentam. Embora o Método do Caso indique que o estudo jurídico tenha como ponto de partida as decisões judiciais, a análise de cada caso não prescinde do estudo, por parte do aluno, da literatura disponível sobre o tema e os institutos jurídicos condutores dos julgados explorados.

Aliás, o próprio docente pode assumir o papel de mediador para trazer aos alunos contornos não mencionados pelas decisões examinadas. E isso não é privilégio dos países do *Common Law*. Nesses países, sua utilização tem objetivos maiores, porque lá os precedentes são a principal fonte do direito. Mas, não é possível desconhecer a amplitude que vem ganhando os precedentes mesmo nos países que adotam o modelo continental.

No Brasil – *Civil Law* –, em que pese ser a lei a principal fonte do Direito, a utilização dinâmica da jurisprudência na atividade de solução dos conflitos de interesses propicia que se compreenda quais são as interpretações e dimensões emprestadas aos textos legais. Segundo Ramos e Schorscher (2009, p. 58):

[...] com relação à definição do Método do Caso considerada mais adequada ao ensino do direito nos países cujo sistema jurídico seja a *civil law*, é necessário que o aluno aprenda a compreender e a utilizar o vocabulário e a argumentação típicos dos tribunais (judiciais e administrativos). [...]. O Método do Caso, no contexto dos países cuja fonte de direito é a lei, tem uma definição distinta

da norte-americana. Ela não se restringe à mera extração de princípios e normas jurídicas de decisões judiciais, tampouco abrange toda formulação estratégica pretendida nas escolas de administração e economia.

Nesse contexto, o aluno não deve ficar confinado a curvar a sua convicção àquilo que ficou decidido em um ou outro caso em concreto. Pelo contrário, o raciocínio desenvolvido na decisão pode ser utilizado para instigar o senso crítico do estudante, que tem que se esforçar, sobretudo, mediante a pesquisa dos institutos jurídicos aplicáveis ao caso, para refutar a tese encampada na decisão apreciada.

É fato, contudo, que o Método do Caso requer uma tarefa mais cuidadosa do professor, na medida em que é seu papel verificar diversos julgados para eleger aquele mais adequado aos objetivos de cada aula. Por esse ângulo, competiria ao professor, durante o processo de preparação das atividades de ensino, realizar uma pesquisa jurisprudencial ampla sobre o tema da aula, para escolher as decisões mais adequadas para trabalhar com os alunos o desenvolvimento do raciocínio jurídico. “Alternativamente, pode o docente simplesmente optar por utilizar em sua aula aquelas decisões cujo conteúdo considere útil para seus objetivos didáticos” (RAMOS; SCHORSCHER, 2009, p. 57-58).

No que diz respeito à atividade advocatícia, pode-se dizer que, ao ser consultado por seus clientes, o advogado acaba intervindo, em parte, como um julgador, como se fosse o primeiro juiz da causa, exercendo verdadeira atividade cognitiva na tentativa de antever o desfecho do caso que lhe é apresentado, para opinar sobre a conduta a ser adotada, de modo a defender os interesses do seu constituinte.

No exercício desse trabalho, o profissional do Direito não pode se furtar de investigar a maneira como os tribunais tratam a questão apresentada, para que avalie e elabore ponderações quanto às chances de sucesso do seu cliente em um eventual embate judicial.

O contato do estudante com as decisões judiciais o favorecerá a desenvolver a capacidade de *realizar e refutar julgamentos*, auxiliando na construção de argumentos nas ações relativas às demandas trazidas pelos seus clientes quando exercer a advocacia.

Também, na formação dos estudantes que almejam tornarem-se juízes ou promotores, permite o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício das respectivas atividades profissionais. Inclusive porque esses profissionais têm sua atuação, em boa parte, sustentada por aquilo que os tribunais costumam decidir.

É de destacar, ainda, que com a aprovação do novo Código de Processo Civil, ganham relevância, em terras brasileiras, os precedentes judiciais, importando conhecer, em especial, a forma pela qual decidem os tribunais superiores. É possível afirmar, nessa área específica, que o Método do Caso se impõe como forma de compreender adequadamente os precedentes, buscando utilizá-los ou refutá-los.

7 Novas diretrizes curriculares nacionais do curso de direito e o método do caso

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Direito, editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 17 de dezembro de 2018, através da Resolução CNE/CES n.º 5, trouxeram importante inovação relativamente ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido no âmbito da Educação Jurídica.⁵

O inciso VI, do parágrafo 1º do artigo 2º, incorporou no plano da regulação dos Cursos de Direito a obrigatoriedade da utilização de *metodologia ativas*. Elas ingressam como uma exigência naqueles momentos pedagógicos em que for trabalhada a *relação entre teoria e prática*.

Já o artigo 5º, parágrafo 1º, contém a necessidade de que, nas *atividades de caráter prático-profissional*, ocorra a *ênfase na resolução de problemas*. Destaque-se que essas atividades são, segundo o mesmo dispositivo, *transversais*, devendo, portanto, estarem presentes em todo o desenvolvimento do currículo do curso.

Soma-se, ainda, todo o conteúdo do artigo 4º das DCNs, que contém catorze incisos nos quais são indicadas as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais que devem ser trabalhadas nos Cursos de Direito. E no primeiro desses incisos retorna a indicação da *necessidade de articular o conhecimento teórico com a resolução de problemas*.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 já traziam, no seu bojo, a ideia de um currículo por competências. Mas, na sua implementação, isso não se materializou. O desenvolvimento de competências ficou apenas no discurso retórico inserido nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), sem efetividade no espaço real de sala aula.

Isso ocorreu, em grande parte, pela inexistência de exigência normativa que incluísse a obrigatoriedade da utilização de estratégias pedagógicas que viabilizassem o desenvolvimento das competências. Competências são *fazer*es e não apenas *saber*es. E *só se aprende a fazer, fazendo*. Esse é o papel das metodologias ativas.

As novas DCNs não possuem a mesma lacuna. Elas, além de ampliarem grandemente as competências a serem desenvolvidas nos Cursos de Direito, também estipularam a obrigatoriedade de trabalhar com *Resolução de Problemas* e com *Metodologias Ativas*. Nesse contexto, cabe destacar uma divisão bastante simples dos casos de ensino, em dois grupos, conforme fazem Rodrigues e Borges (2016, 1373-1374):

- *casos-demonstração*: são os casos elaborados para serem utilizados em aulas expositivas tradicionais, para ilustrar o conteúdo ministrado [...];

5 Sobre as novas Diretrizes Curriculares do Curso de Direito ver: “*Cursos de Direito no Brasil: Diretrizes curriculares e projeto pedagógico*” (RODRIGUES, 2020) e “*Educação Jurídica no Século XXI: novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito – limites e possibilidades*” (RODRIGUES, 2019).

- *casos-problema*: são os casos elaborados para serem utilizados no âmbito do Método do Caso; ou seja, são problemas elaborados para utilização em uma metodologia ativa, centrada no aluno e não no professor; não servem para ilustrar uma exposição, mas para provocar a busca do conhecimento pelo próprio aluno.

Essa classificação⁶ permite diferenciar os casos demonstração, utilizados nas aulas expositivas, mesmo as mais tradicionais, para exemplificar determinadas situações, dos casos-problema, a serem utilizados no Método do Caso⁷.

Esse método possibilita, diante de um caso-problema apresentado, que o aluno desenvolva competências cognitivas, tais como para interpretar uma determinada situação, identificar e delimitar problemas e apresentar possíveis soluções. Igualmente, permite o desenvolvimento de competências instrumentais ao aplicar e testar as soluções levantadas para a resolução dos problemas presentes no caso. Possibilita, ainda, o desenvolvimento de competências interpessoais como, por exemplo, ao utilizar estratégias de trabalho em grupo para a resolução de problemas.

6 Há uma série de classificações de casos nos trabalhos que tratam do Método do Caso. A utilização dessa classificação simplificada decorre do fato de ela atender suficientemente aos objetivos deste trabalho. A classificação dos tipos de casos depende, em especial, dos critérios adotado e dos objetivos almejados. Uma classificação bastante conhecida é a formulada por Antônio Carlos Gil (2004, p. 11) para os casos utilizados nos Cursos de Administração:

- *“Caso-ilustração. Constitui a modalidade mais simples. Restringe-se à apresentação de uma situação verificada no contexto de uma determinada organização. De modo geral, nestes casos não se solicita do estudante a sua análise com vistas à tomada de uma decisão, pois esta já é apresentada na descrição. Esta modalidade de caso é utilizada para ilustrar situações de forma individual ou comparativa [...]”*
- *Caso-análise. Propõe aos estudantes a análise do caso, mediante sua decomposição em partes significativas e a identificação da relação entre as variáveis. São muito utilizados em sala de aula com o objetivo de desenvolver a capacidade analítica. Sua elaboração não demanda cuidados muito maiores do que os requeridos para o caso-ilustração. Sua aplicação, no entanto, exige maior dedicação do estudante, bem como preparação do professor.*
- *Caso-problema. Constitui o tipo mais complexo e tem como objetivo desenvolver nos estudantes muito mais do que a capacidade analítica. Ele requer do estudante a elaboração de uma síntese com base nos dados apresentados e apresentação da melhor solução possível para o problema. Os casos-problema com mais elevado nível de estruturação são os que seguem o modelo da Universidade de Harvard. Estes casos costumam requerer do estudante mais do que a solução do problema, pois nem sempre este aparece claramente no texto. Os estudantes têm que identificá-los, apresentar possíveis soluções e ponderar as vantagens e desvantagens de cada uma delas.”*

7 Sobre como elaborar casos de ensino e como trabalhar com casos na Educação Jurídica ver: “O Método do Caso na Educação Jurídica: a elaboração e aplicação de casos no processo de ensino aprendizagem em Cursos de Direito” (RODRIGUES; BORGES, 2016) e “Metodologia do ensino jurídico com casos: teoria e prática” (ZITSCHER, 1999).

A utilização do Método do Caso, com casos-problema, é uma variação do método original nascido nos Estados Unidos da América e mais adequado à realidade de sistemas jurídicos como o brasileiro, baseados na lei escrita e não em precedentes judiciais. E se presta, de forma plena, ao cumprimento das exigências presentes nas novas DCNs do Curso de Direito: trabalhar com resolução de problemas e com metodologias ativas.

Nesse contexto, importante frisar que o Método do Caso não se confunde com o *Problem Based Learning* (PBL) – em português Aprendizagem Baseado em Problemas (ABP) –, uma metodologia ativa muito utilizada nos cursos de Medicina e que se caracteriza, resumidamente, pela utilização de sete passos: leitura do problema e esclarecimento dos termos difíceis; definição dos problemas a serem entendidos e explicados; análise dos problemas, com as explicações necessárias; elaboração de resumos; formulação dos objetivos do aprendizado; estudo individual baseado no 5º passo; apresentação dos relatórios ao grupo; discussão. (SEBASTIANY; BASTOS, 2011).

Sobre as diferenças entre o Método do Caso e a Aprendizagem Baseada em problemas há uma que é fundamental: o primeiro utiliza, com regra, raciocínio indutivo; o segundo, dedutivo – ou hipotético-dedutivo (RODRIGUES, 2005).

Outra diferença é que o Método do Caso não possui o rigorismo metodológico dos sete passos da Aprendizagem Baseada em Problemas. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que a ABP foi pensada para ser aplicada no contexto de PPCs específicos, integralmente construídos para utilizarem essa metodologia. Isso não ocorre com o Método do Caso, que pode ser utilizado nas diferentes espécies de projetos pedagógicos.

De qualquer forma, não há como negar que, embora constituam realidades diversas, determinadas variações do Método do Caso acabam se aproximando, em parte, do Aprendizagem Baseada em Problemas. A análise detida das diferenças em entre esses métodos, bem como de suas aproximações, não é, entretanto, objeto deste artigo.

8 Conclusão

Diante dos novos desafios da sociedade contemporânea, imersa na transformação digital, refletir sobre métodos que possam romper com a maneira tradicional de se transferir ensinamentos jurídicos no Brasil torna-se uma necessidade premente.

Este trabalho, partindo da hipótese que a baixa qualidade na educação jurídica brasileira tem relação direta com a forma de transmissão do conhecimento, afirma haver a necessidade de ruptura com a forma tradicional de se ensinar o Direito, uma vez que é comum que os professores em atividade na educação jurídica possuam o conhecimento jurídico adequado, mas não possuam a necessária formação pedagógica.

Nesse sentido, é fundamental que haja uma maior qualificação pedagógica dos professores, para que eles possam ser mediadores do conhecimento e, consequentemente, formar profissionais que possuam um raciocínio crítico, que façam a diferença no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Além disso, falar sobre educação e formação pedagógica implica reconhecer que o processo de ensinagem só se constituirá, efetivamente, por meio do diálogo entre professor e aluno, ambos reconhecidos como sujeitos ativos.

Ficou evidenciado, na pesquisa, que embora apresentem algumas semelhanças, especialmente quanto à denominação, o Estudo de Caso, ferramenta de pesquisa científica, e o Método do Caso, instrumento didático, não se confundem. Da mesma forma, a Aprendizagem Baseada em Problemas não se confunde com o Método do Caso e nem se constitui em uma subespécie ou dele deriva.

A diferenciação entre esses métodos se mostrou importante para que as pessoas que se interessem pelo tema não se deixem seduzir pelo raciocínio de que uma figura tem origem na outra ou relação direta com ela. Essa situação poderia levar à inadequada compreensão das especificidades e objetivos de cada um deles.

Não obstante as críticas, as contribuições advindas do trabalho encabeçado por Langdell são bastante valiosas, inclusive porque as práticas introduzidas por ele na seara do Direito foram fonte de inspiração para a criação de outras estratégias ativas, derivadas ou não do Método do Caso.

Importa destacar que o estudo focado em decisões judiciais pode, perfeitamente, ser aplicado em países onde não há a tradição do *Common Law*, como o Brasil. O fato de as decisões não possuírem, via de regra, efeito vinculante, não retira da análise dos fundamentos que nortearam os julgamentos a sua validade didática.

O método guarda importância, independentemente do sistema jurídico, pois pedagogicamente atua no desenvolvimento de diversas competências importantes na formação profissional na área do Direito. A dinâmica das atividades discentes rompe com a posição inativa do aluno, aproximando-o da realidade e permitindo que tenha acesso à linguagem própria do ambiente jurídico.

Pensando no desenvolvimento de competências, se faz necessário o rompimento do ciclo vicioso da educação jurídica baseada em um paradigma no qual o aluno é apenas sujeito passivo. A utilização apenas da aula expositiva implica em um aprisionamento do voo livre do pensamento crítico.

Superar qualquer forma de ensino em que o educando é visto como um mero receptáculo para o conhecimento docente é uma necessidade vital para a formação de profissionais do Direito com senso crítico e formação adequada à contemporaneidade. À vista disso, a adoção de metodologias ativas certamente contribuirá decisivamente nesse processo.

Nesse contexto, a utilização do Método do Caso, com análise de decisões judiciais e de casos concretos, em conjunto com outras metodologias ativas e, também, com

aulas expositivas, pode ser o caminho para um processo de ensinagem emancipatório, que estimule o interesse dos alunos, aumentando a qualidade da educação jurídica brasileira e propiciando a formação de profissionais da área do Direito com senso crítico e capacidade de inovação, capazes de atender às expectativas do mercado de trabalho e as necessidade de uma sociedade em transformação.

Finalmente, o Método do Caso se presta, também, ao cumprimento da exigência presente nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito no sentido de utilização de metodologias ativas, bem como permite trabalhar com problemas – casos-problema –, outra obrigatoriedade imposta pelas mesmas DCNs.

Sendo uma metodologia nascida no âmbito da Educação Jurídica, há mais de um século, não lhe é oposta a mesma resistência que é colocada a outras espécies de metodologias ativas, sendo, portanto, uma alternativa que deve ser efetivamente levada em consideração no processo de revisão dos PPCs dos Cursos de Direito.

Referências

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). *Resolução CNE/CES n.º 5*, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 abr. 2020.
- CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. *Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)?* Uma análise dos dois métodos no ensino e Pesquisa em Administração. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/311907/mod_resource/content/1/Leitura%20Complementar%20M%C3%A9todo%20do%20Caso.pdf. Acesso em: 4 abr. 2020.
- DANTAS, San Tiago. A educação jurídica e a crise brasileira. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, Forense, n. 159, p. 449-458, 1955.
- FGV. *Christopher Langdell*. Biografia. Disponível em: http://ead2.fgv.br/ls5/centro_rec/pag/biografias/biografias1/christopher_langdell.htm. Acesso em: 4 abr. 2020.
- FGV EASP. *Ensino Inovativo*. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ei/issue/view/3077>. Acesso em: 4 abr. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. Elaboração de casos para o ensino da Administração. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p.06-17, dez. 2004. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/21236. Acesso em 15 abr. 2020.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca, *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- MENEZES, Maria Arlinda de Assis, Método do Caso e Estudo de Caso: uma abordagem epistemológica. *Revista Justiça e Educação*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/JustEduc/article/viewFile/1683/1660>. Acesso em: 4 abr. 2020.
- RAMOS, Luciana de Oliveira; SCHORSCHER, Vivian Cristina, Método do Caso. In: GHI-RARDI, José Garcez (Org.). *Métodos de Ensino em Direito: conceitos para um debate*. São Paulo: Saraiva, 2009. cap. 4, p. 49-60.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Cursos de Direito no Brasil: Diretrizes curriculares e projeto pedagógico*. 2. ed. Florianópolis, SC: Habitus, 2020.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Pensando o ensino do Direito no Século XXI: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes*. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2005.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Ensino jurídico e direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Ensino jurídico: saber e poder*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei (org.). *Educação Jurídica no Século XXI: novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito – limites e possibilidades*. 2. ed. Florianópolis, SC: Habitus, 2020.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). *Educação Jurídica: temas contemporâneos*. 3. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2014. p. 255-278. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99622>. Acesso em 10 abr. 2020.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BORGES, Marcus Vinícius Motter. O Método do Caso na Educação Jurídica: a elaboração e aplicação de casos no processo de ensino aprendizagem em Cursos de Direito. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 9, n. 3, 2016. p. 1363-1388. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/quaestioiuris/article/view/19979>. Acesso em: 4 abr. 2020.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GOLINHAKI, Jeciane. *Educação Jurídica Ativa: caminhos para a docência na Era Digital*. Florianópolis, SC: Habitus, 2020.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. Como se produz um jurista? O modelo norte-americano (Parte 22). *Consultor Jurídico*, Direito Comparado, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-22/direito-comparado-produz-jurista-modelo-norte-americano-par-te-22>. Acesso em 4 abr. 2020.

SEBASTIANY, Giana Diesel; BASTOS, Marília Dornelles. *Curso de Medicina da UNISC: a aprendizagem baseada em problemas (ABP)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

YIN, Rober K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITSCHER, Harriet Christiane. *Metodologia do ensino jurídico com casos: teoria e prática*. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 1999.